LEI Nº 951/00, DE 06.07.00

EMENTA: Dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Petrolina - EPCM e revoga a Lei nº. 647 / 96.

CAPÍTULO I - PRECEITOS ELEMENTARES
SEÇÃO I - DENOMINAÇÃO E GARANTIAS

Art. 1º. - A presente Lei, denominada Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Municipal - EPCM, cria o respectivo quadro de cargos, funções, atividades técnico pedagógicas e administrativas, atende a princípios de melhoria da qualidade do ensino e a valorização profissional dos professores em consonância com os princípios básicos da LDB - Lei 9394 / 96, a realidade educacional e às condições do sistema de ensino local.

Art. 2º. - As normas a seguir fixam diretrizes que regem a relação entre os servidores que menciona, docentes e afins, o Poder Executivo e a comunidade escolar, disciplinando o exercício do magistério municipal.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta Lei, equiparam-se aos servidores efetivos, aqueles admitidos antes da promulgação da Constituição Federal / 1988, conforme disposto em seu Art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos do Art. 1º da Lei nº. 520 / 94.

Art. 3º. - Salvo as exceções aqui previstas e aquelas próprias de leis específicas, a carreira do magistério público municipal tem como princípios básicos:

I - Habilitação Profissional; condição essencial que o habilite ao exercício do magistério através de titulação específica;

II - Estruturação da carreira do magistério, até o nível superior, com incentivo à pós graduação, com acessos horizontais e verticais, com melhoria de qualificação profissional, do desempenho individual (mérito) e a participação em cursos regulares com respectiva carga horária e tempo de serviço;

Av. Guararapes, 2114 - Centro - Petrolina - PE
Fone: (081) 862-2001 - Fax: (081) 861-0590
Internet: http://www.pmppetrolina.pe.gov.br
III - Período reservado a cursos, capacitações, estudos e pesquisas, incluídos na carga horária de trabalho;

IV - Vencimentos e vantagens próprias do quadro, como retribuição pecuniária pelo efetivo trabalho letivo, que se reflita num conjunto remuneratório harmônico e justo.

V - Extensão e aproveitamento de conhecimentos, através de cursos regulares com especificação de carga horária, que visem o aperfeiçoamento e especialização de cada servidor, dentro de sua área e formação.

SEÇÃO II - DO DEVER DE EDUCAR

Art. 4º - O Município incumbir-se-á de oferecer a educação infantil em creches e escolas priorizando o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino, somente quando estiverem atendidas as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos determinados pela Constituição Federal e a Lei Federal 9394 / 96 - LDB à manutenção e desenvolvimento do ensino:

a) Educação Infantil, oferecida a crianças de 0 a 6 anos, em creches e unidades escolares.

b) Ensino Fundamental, obrigatório a partir dos 7 anos facultativo a partir dos 6 (seis), com duração de 8 (oito) anos, divididos em duas etapas.

c) Educação Especial, oferecida ao aluno de necessidades especiais que não tenham condições de adaptação em turmas do ensino regular.

d) Ensino Médio, posterior ao fundamental e com duração mínima de 03 anos;

e) Ensino Supletivo, como alternativa às necessidades da população trabalhadora.

Art. 6º. - Ao docente e ocupantes de Funções Gratificadas, cabe a responsabilidade como dever maior, cuidar da educação escolar, zelando para assegurar os padrões de qualidade, escolhendo estratégias e metodologia mais adequadas aos seus objetivos.
CAPÍTULO II - DOS CARGOS E DAS ATRIBUIÇÕES
SEÇÃO I - DOS CARGOS

Art. 7º. - O Magistério Público Municipal é constituído pelo conjunto de Cargos de Professor, e das Funções Gratificadas de Especialista em Educação, Direção Escolar e Secretário de Escola, exclusivas dos Professores do quadro permanente do município, denominados, estruturadas em cinco classes e seis níveis, com progressões vertical e horizontal:

Quadro I - Dos Cargos

I - Regente Rural
II - Magistério, Téc. em Educação Física e Téc. Agrícola
III - Licenciatura Plena na área de educação e engenheiro agrônomo

Quadro II - Das Classes

Classe PR - Regente Rural
Classe PM - Magistério, Téc. em Educação Física e Téc. Agrícola
Classe PL - Licenciatura Plena e Eng. Agrônomo
Classe PGE - Pós Graduado a Nível de Especialização
Classe PGM - Mestrado ou Doutorado

Art. 8º - A Carreira do Magistério compreende as atividades de Regência, Atividades Técnico Pedagógica e Administrativa nas seguintes classes de docentes dentro da estrutura geral e particular dos cargos segundo seu nível de formação a saber:

a) Regente Rural - Em extinção, sendo requerida formação nos termos da Lei 9394/96.

b) Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série com habilitação em Magistério ou Educação Física, nos termos da Lei 9394/96;

c) Professor de Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série e Ensino Médio, com licenciatura plena e habilitação específica;

d) Professor de Educação Física - Técnico em Educação Física, nível médio ou superior, com habilitação nos termos da Lei 9394/96.

Parágrafo Único - Considera-se em extinção para efeito de ingresso e exercício do magistério, o cargo de Regente Rural, Técnico agrícola e engenheiro agrônomo.

Art. 9º. - Constitui-se exercício do Magistério Público Municipal:

Av. Guaranapes, 2114 - Centro - Petrolina - PE
Fone: (081) 862-2001 - Fax: (081) 861-0590
Internet: http://www.pmpetrolina.pe.gov.br
I - Regência (Sala de Aula ou Atividades de ensino)

II - Atividades Técnico Pedagógicas Direção Escolar e Administrativas:

a) Secretário de Escola, Direção de Escola e Especialista em Educação.

Art. 10 - São atribuições do professor:

I - Integrar e articular a escola e a comunidade visando diagnosticar a realidade social, econômica e política do aluno para subsidiar a prática pedagógica.

II - Participar da construção do projeto político pedagógico da escola visando:

a) Construção coletiva do conhecimento e sua socialização;

b) Socialização do saber universalmente sistematizado;

c) Participação ativa da comunidade escolar na construção de uma sociedade igualitária.

SEÇÃO II - DA REGÉNCIA

Art. 11 - A Regência será exercida por professor com habilitação em magistério nos termos da Lei 9394/96, ou licenciatura plena em qualquer área de educação e excepcionalmente ao que dispõe o Art. 7º. desta Lei e seus incisos.

Parágrafo Único - Excetuam-se desta exigência os professores Regente Rural, cuja habilitação mínima exigida é o PROFORMAÇÃO, o técnico agrícola e o engenheiro agrônomo, nos termos da Lei 9394/96.

Art. 12 - A função de regente consiste em:

I - Planejar e ministrar aula;

II - Participar:

a) Da elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos político pedagógico da escola;

b) De seleção e elaboração de material didático utilizado no processo de ensino aprendizagem;

Av. Guarárapes, 2114 - Centro - Petrolina - PE
Fone: (081) 862-2001 - Fax: (081) 861-0590
Internet: http://www.pmpetrolina.pe.gov.br
c) De elaboração, execução e avaliação de programa da comunidade escolar;

d) Do planejamento, avaliação, articulação e execução da capacitação para reflexo do redirecionamento de prática pedagógica.

SEÇÃO III - DAS ATIVIDADES TECNICO PEDAGÓGICAS E ADMINISTRATIVAS

Art. 13 - A Função de Especialista em Educação; exclusiva do professor do quadro permanente do município, é aquela que dá suporte diretamente às atividades de ensino exigindo habilitação em pedagogia e excepcionalmente a portadores de outras licenciaturas.

Parágrafo 1º - O Processo de seleção (testes, análise de currículo e resultado), será efetivado e coordenado por uma instituição pública especializada.

Parágrafo 2º - A nomeação obedecerá os critérios abaixo fixados, por ordem decrescente de classificação para um período mínimo de 02 anos, condicionados ao preenchimento dos critérios abaixo:

I - Dos Critérios de Nomeação:

1º - Ter o mínimo de 03 anos no exercício do magistério municipal;

2º - Ser aprovado em teste de seleção específico;

3º - Alcançar maior pontuação na análise de currículo;

4º - Dedicação no desempenho da função, em jornada diária de 10 horas aula.

Parágrafo 3º - A função de Especialista em Educação, consiste em assessoramento, planejamento, normatização, coordenação, supervisão, inspeção escolar, execução, avaliação de apoio ao ensino e a gestão educacional a seguir:

I - Coordenar o processo de elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos pedagógicos e propostas curriculares;

II - Coordenar as ações políticas pedagógicas com vista a interdisciplinariedade exigida pelo desenvolvimento da dinâmica curricular;

III - Construir com o professor o processo de ensino aprendizagem, facilitando a compreensão metodológica do seu campo de ensino;

Av. Guararapes, 2114 - Centro - Petrolina - PE
Fone: (081) 862-2001 - Fax: (081) 861-0590
Internet: http://www.pmpetrolina.pe.gov.br
IV - Coordenar à interdisciplinaridade exigida pelo desenvolvimento da dinâmica curricular;

V - Acompanhar, orientar e assessorar as instituições e escolas do sistema municipal de educação a divulgação e cumprimento da legislação vigente, as normas e instruções oriundas do Conselho Estadual de Educação, e o acompanhamento e a observância dos dispositivos legais e pedagógicos.

SEÇÃO IV - DO DIRETOR, VICE DIRETOR E SECRETÁRIO DE ESCOLA

Art. 14 - As Funções de direção serão classificados, considerando-se a natureza das tarefas a serem desempenhadas e habilitação do servidor, obedecendo-se à seguinte denominação:

Das Funções de Direção

I - Diretor de Escola Padrão - I
II - Diretor de Escola Padrão - II
III - Diretor de Escola Padrão – III
IV - Vice-Diretor de Escola
V - Secretário de Escola

Parágrafo 1º - Classificam-se as escolas conforme respectivos padrões:

Padrão I - Escolas com mais de 900 alunos matriculados;
Padrão II - De 600 a 900 alunos matriculados;
Padrão III - De 120 a 599 alunos matriculados.

Parágrafo 2º - As escolas que atuarem com mais de uma modalidade (incluído de ensino médio), serão remanejadas para o padrão imediatamente superior à sua classificação quantitativa de alunos matriculados.

Art. 15 - Diretor e Vice-Diretor, São funções gratificadas, exclusivas dos professores do quadro de carreira do magistério municipal nomeados pelo Prefeito.

Parágrafo Único - As funções de Diretor e Vice Diretor só poderão ser exercidas por professores com licenciatura plena em qualquer área de educação.

Av. Guararapes, 2114 - Centro - Petrolina - PE
Fone: (081) 862-2001 - Fax: (081) 861-0590
Internet: http://www.pmpetrolina.pe.gov.br
excepcionalmente por professores de magistério inexistindo na unidade escolar professor com habilitação superior.

Art. 16 - A Função Gratificada de Diretor e Vice Diretor consiste em:

I - Coordenar o processo administrativo e auxiliar o processo pedagógico da escola em consonância com o núcleo pedagógico.

II - Definir juntamente com o Conselho Escolar a aplicação das verbas destinadas à escola.

III - Estimular junto à comunidade escolar, discussões, debates e estudos sobre temas de interesses coletivos;

IV - Elaborar projetos e apresentar propostas para discussões e aprovação da comunidade escolar com o objetivo de solucionar os problemas da escola;

V - Ser membro do Conselho Escolar.

SEÇÃO V - DOS VENCIMENTOS, VANTAGENS E BENEFÍCIOS

Art. 17 - A Lei fixará piso de vencimentos próprios para cada uma das classes e níveis a que pertence os cargos aqui relacionados, obedecendo-se a um percentual diferencial entre classe e níveis conforme tabelas anexas.

Art. 18 - Além das vantagens estabelecidas no Estatuto dos Servidores Municipais de Petrolina, os ocupantes de cargos de magistério poderão perceber as seguintes:

I - Remuneração por aulas de substituição;

II - Remuneração por aulas carga horária excedente;

III - Gratificação de Difícil Acesso;

IV - Abono de até 9% de faltas mês para os docentes em atividades de regência, justificadas e sem prejuízo para o aluno;

V - Gratificação de Regência (pó de giz);

VI - Licença para nojo de 08 dias consecutivos, com remuneração integral;

VII - Licença de 08 dias corridos, para gala, nas mesmas condições do inciso anterior.
Parágrafo 1º - Somada a carga horária base, não poderá o exercente do magistério (Prof. Regente, Função Gratificada, Direção Escolar ou Secretário de Escola) ultrapassar a carga horária mensal de 400 horas aula.

Parágrafo 2º - As faltas abonadas e compensadas (repostas) não serão descontadas.

Parágrafo 3º - Perceberão a Gratificação de Difícil Acesso, os Professores Regentes, Diretores, Vice Diretores e Secretário de Escola.

Art. 19 - A Gratificação de Difícil Acesso será automaticamente cancelada, se o professor for transferido para unidade de ensino localizada no perímetro urbano da Sede.

Parágrafo Único - Não se aplica ao caput deste artigo os servidores assegurados pelo artigo 153º da Lei 301/91 (Estatuto dos Servidores Municipais).

Art. 20 - A Gratificação de substituição é vantagem adicional atribuída ao professor pela substituição a outro, que implique no aumento de sua carga horária para suprir situações transitoriárias, remunerada pelo valor correspondente à hora aula do substituído.

Art. 21 - A Gratificação de Difícil Acesso, incidirá percentualmente, sobre a carga horária efetiva da respectiva classe e nível a que pertença o servidor, conforme a distância da sede do município à localidade de ensino a saber:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Localidade</th>
<th>Percentual</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>De 10 a 30 Km</td>
<td>20 %</td>
</tr>
<tr>
<td>De 31 a 70 Km</td>
<td>25 %</td>
</tr>
<tr>
<td>A partir de 71 Km</td>
<td>30 %</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Parágrafo 1º - A gratificação de Difícil Acesso, constitui-se benefício durante os 12 meses do ano, independentemente de residir na localidade.

Parágrafo 2º - Excetuam-se desta regra, os servidores das escolas municipais situadas no perímetro urbano ou rural atendidas por linha regular de transporte, que receberão vale transporte.

Parágrafo 3º - Os servidores que utilizam o transporte oferecido pela administração Municipal terão descontados dos seus vencimentos o valor equivalente ao benefício.

Art. 22 - Nas unidades escolares que não componham a função de direção, o servidor responsável pelo vínculo administrativo junto a Secretaria de Educação, perceberá mensalmente uma Gratificação de Vínculo Administrativo - GVA.

Av. Guararapes, 2114 - Centro - Petrolina - PE
Fone: (081) 862-2001 - Fax: (081) 861-0590
Internet: http://www.pmpetrolina.pe.gov.br
em valor equivalente a 20 horas aula sobre a carga horária base do vencimento base de classe e nível a que esteja enquadrado o servidor.

Art. 23 - Será paga uma gratificação de 30% pelo exercício do magistério em atividade de regência, sobre a carga horária efetiva (regida ao mês), a título de gratificação de regência.

CAPÍTULO III - DA CARREIRA DO SERVIDOR
SEÇÃO I - DO INGRESSO

Art. 24 - O ingresso na carreira do magistério dar-se-á indistintamente, em qualquer das classes de docente, através de concurso público de provas e títulos, conforme dispõe esta lei.

Art. 25 - O concurso público do cargo de professor, se realizará segundo áreas e habilitações:

Área I - Educação Infantil e Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série; licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em magistério ou Educação de Jovens e Adultos.

Área II - Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries e Ensino Médio; com licenciatura plena com habilitação específica das disciplinas curriculares.

Art. 26 - O ingresso conforme a habilitação, dar-se-á no nível ou classe inicial da carreira na função do professor regente.

Art. 27 - As nomeações para os cargos do quadro efetivo serão feitas, rigorosamente, segundo a ordem decrescente de classificação obtida no concurso (após somados os títulos).

SEÇÃO II - ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 28 - O estágio probatório é o período de 03 anos, durante o qual o professor será avaliado para apuração da conveniência de sua permanência no serviço público.

Art. 29 - Enquanto não cumprido o estágio probatório o profissional de ensino poderá ser exonerado por interesse do serviço público municipal, obedecendo-se a norma regulamentadora, não satisfatórios os resultados nos seguintes critérios:

I - Idoneidade moral
II - Disciplina;

Av. Guararapes, 2114 - Centro - Petrolina - PE
Fone: (081) 862-2001 - Fax (081) 861-0590
Internet: http://www.pmpetrolina.pe.gov.br
III - Pontualidade;
IV - Assiduidade;
V - Eficiência.

Parágrafo 1.º - Ocorrido qualquer das hipóteses previstas no "caput" deste artigo o chefe imediato do profissional de ensino, ouvido o conselho da escola e respeitado o amplo direito de defesa, apresentará à autoridade competente, cabendo a este dar vista do processo ao interessado para que este possa apresentar defesa, no prazo de 10 dias.

Parágrafo 2.º - A defesa apresentada, será julgada por uma comissão criada pela Secretaria de Educação, composta de 01 - Representante da Secretaria Municipal de Educação, 01 - do Sindemp, 01 - do Conselho Escolar a que está subordinado o professor, que estabelecerá parecer com relatório conclusivo (ouvidas as partes), à Secretaria de Administração.

Parágrafo 3.º - A representação prevista no parágrafo anterior será formalizada 02 meses antes do término do estágio probatório previsto no artigo 31 desta Lei.

Art. 30 - No período do estágio probatório o professor não poderá desviá-lo das funções do cargo, posto à disposição, transferido, promovido, pedir licença sem vencimento, salvo para exercer mandato eletivo.

Art. 31 - Cumprido o estágio probatório, o professor de ensino adquirirá estabilidade como servidor público municipal, em provimento efetivo, na forma prevista na legislação vigente.

SEÇÃO III - DO APERFEIÇOAMENTO

Art. 32 - Serão considerados cursos de atualização e aperfeiçoamento, capacitação e habilitação na área de Educação, congressos, seminários e similares cujos certificados apresentem o conteúdo programático, carga horária e identificação do órgão expedidor.

Parágrafo 1.º - O Município proverá os meios (custos e condições) aos professores leigos assegurando o prazo de 05 anos à data de 24 / 12 / 96 conforme Lei 9394 / 96, para obtenção da habilitação necessária ao exercício do magistério.

Parágrafo 2.º - A habilitação a que se refere o parágrafo anterior é condição básica obrigatória para ingresso no quadro permanente do magistério municipal, após findo o prazo acima.

Av. Guararapes, 2114 - Centro - Petrolina - PE
Fone: (081) 862-2001 - Fax: (081) 861-0590
Internet: http://www.pmpetrolina.pe.gov.br
SEÇÃO IV - DAS PROGRESSÕES

Art. 33 - O titular do cargo de carreira do magistério, fará jus às progressões verticais e horizontais, obedecendo-se:

Parágrafo 1.º - Progressão Vertical: É a passagem do servidor ocupante de um cargo enquadrado em determinada classe, para outra classe mais elevada da estrutura de vencimentos.

Parágrafo 2.º - Progressão Horizontal ou Avanço: É o deslocamento do servidor de um nível para outro, dentro da classe, observados os critérios de mérito e ou antiguidade.

Art. 34 - O docente que alcançar, por continuação de estudos ou ser possuidor de escolaridade imediatamente superior, próprias do magistério, será automaticamente promovido a nova classe, de acordo com o parágrafo primeiro do artigo anterior, correspondente ao seu novo nível de formação, após entrega da documentação própria que comprove.

Parágrafo 1.º - O novo enquadramento será feito na classe em que se enquadra sua nova classe e em mesmo nível que se encontrava anterior à promoção.

Parágrafo 2.º - A progressão não exime a atuação do professor na modalidade de ensino.

Art. 35 - A progressão horizontal far-se-á nível a nível conforme preenchimento dos requisitos e requerimento formal do beneficiário.

Parágrafo 1.º - Por Mérito a cada somatório de 100 horas de cursos, conforme estabelecido no Art. 34 deste;

Parágrafo 2.º - Por Tempo de Serviço (antiguidade) dedicados exclusivamente ao magistério municipal a cada interstício mínimo de 1460 (um mil quatrocentos e sessenta) dias, para promoção.

Parágrafo 3.º - Na aplicação imediata deste, levar-se-á em conta o tempo efetivo no exercício do Magistério municipal, divididos pelos dias de interstício, cujo resultado é o nível a que fará jus o exercente.

Parágrafo 4.º - Para efeito deste artigo, não será considerado, o tempo em que o servidor estiver afastado do magistério (exceto por problemas de saúde), ou exercendo outro cargo.

Av. Guararapes, 2114 - Centro - Petrolina - PE
Fone: (081) 862-2001 - Fax: (081) 861-0560
Internet: http://www.pmpetrolina.pe.gov.br
Art. 36 - Conceder-se-á licença e contabilizadas o tempo para fins de promoção, as licenças para realização de cursos de especialização ou mestrado na área de Educação.

SEÇÃO V - DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 37 - As Funções Gratificadas no Magistério, São de provimento temporário, exclusivas dos Professores do quadro permanente do magistério municipal, de livre nomeação e exoneração do chefe do executivo municipal.

I ) Especialista em Educação ( Núcleo Pedagógico )

II ) Direção Escolar ( Escolas do sistema municipal de ensino )

III ) Secretário de Escola ( Escolas do sistema municipal de ensino )

Parágrafo Único - Do Núcleo Pedagógico: localizado na Secretaria Municipal de Educação e unidades de ensino, constituído de professores do quadro permanente do magistério municipal, habilitados em Pedagogia ou excepcionalmente portadores de outras licenciaturas nos termos da Lei 9394/96, todos com mínimo de 03 anos de efetivo exercício no magistério municipal.

Art. 38 - Por direção, compreende-se as funções relacionadas no Art. 17., providas conforme Arts. 15. e 16.

Art. 39 - As funções de que trata o artigo anterior, terão vencimentos com base na hora aula da Classe e Nível do professor ocupante da função até o limite máximo de 400 horas aula a saber:

a ) Especialista em Educação - 400 horas aula

b ) Diretor de Escola Padrão I - 400 horas aula;

c ) Diretor de Escola Padrão II - 375 horas aula;

d ) Diretor de Escola Padrão III - 350 horas aula;

e ) Vice Diretor - 325 horas aula;

f ) Secretário de Escola - 300 horas aula.

SEÇÃO VI - DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 40 - O regime de trabalho do professor público municipal é fixado em hora aula independente da função que exerce e do nível de ensino que atua.
Art. 41 - O professor de área de currículo pôr disciplina, cujo número de horas em que leciona for inferior à carga horária normal estabelecida nesta lei para o membro do magistério, terá que completar a jornada com estudos, planejamento, avaliação e correlatos ao cargo.

Art. 42 - A duração da hora aula na regência ou execução de atividades técnico pedagógicas não poderá ultrapassar 50 minutos.

Parágrafo 1°. - Os horários de trabalho do Diretor, Vice Diretor e Secretário de Escola deverão ser compatibilizados a assegurarem em cada turno a presença contínua e diária de um destes na unidade escolar, visando continuidade administrativa necessária ao andamento normal das atividades.

Art. 43 - A jornada de trabalho dos docentes Regente Rural, de Pré Escolar e de 1ª. a 4ª. série do Ensino Fundamental será de 20 horas aulas semanais ou 100 horas aulas mensais, em turno único, na mesma classe.

Parágrafo Único - Não havendo docentes disponíveis, a carga horária poderá ser ampliada para 40 horas semanais em 02 turnos, não podendo o segundo ser desempenhado em outra unidade escolar, exceto se houver acordo.

Art. 44 - O docente que atuar de 5ª. a 8ª. Série do Ensino Fundamental e Ensino Médio terá a sua jornada normal de trabalho fixada em 20 horas aulas semanais ou 100 horas aulas mensais.

Parágrafo Único - Atendendo às necessidades do ensino poderão ser atribuídas aos docentes, aulas excendentes até 20 horas semanais ou 100 horas mensais, denominadas de aulas carga horária excedente.

Art. 45 - Compõe-se a carga horária do professor regente:

I - Horas aula em regência de classe.

II - Horas aula atividade.

Parágrafo 1°. - A hora aula em regência de classe é a atividade de ensino aprendizagem desempenhada em sala de aula na escola ou em espaço pedagógico correlato.

Parágrafo 2°. - A hora aula atividade compreende as ações de preparação, acompanhamento e avaliação de prática pedagógica e inclui:

a) Elaboração de planos de atividades curriculares, provas e correção de trabalhos escolares;

b) Participação em eventos, estudos, debates, avaliações e troca de experiências;

Av. Guararapes, 2114 - Centro - Petrolina - PE
Fone: (081) 862-2001 - Fax: (081) 861-0590
Internet: http://www.pmpetrolina.pe.gov.br
c) Aprofundamento de formação docente;

d) Participação de reuniões de pais e mestres da comunidade escolar e atendimento pedagógico ao aluno e pais.

Parágrafo 3º. - As horas aulas atividade corresponderão a 30% da carga horária regida do professor para docentes que desenvolvem as atividades de regência de 5ª a 8ª e Ensino Médio.

Parágrafo 4º. - Ao professor de Educação Infantil e de 1ª a 4ª, será assegurado mensalmente 01 dia letivo para desempenho de aula atividade na escola.

Parágrafo 5º. - Aos professores de Educação Infantil de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental e de Educação de Jovens e Adultos, fica assegurado o percentual de 20% a cada 100 horas aula, destinadas ao pagamento a título de aula atividade.

Parágrafo 6º. - Será admitido desempenho de até 50% das horas aula atividade fora da escola a os professores de 5ª a 8ª e ensino médio.

CAPÍTULO IV - DIREITOS, CONCESSÕES E DEVERES
SEÇÃO I - DOS DIREITOS

Art. 46 - Constituem-se direitos dos profissionais de ensino:

I - Ter acesso a informações educacionais, bibliográficas, material didático e outros instrumentos, contar com assessoria pedagógica, que auxilie e estimule a melhoria do seu desempenho profissional, efetuando requerimento formal e autorização da Secretaria Municipal de Educação;

II - Assegurado o afastamento com ou sem vencimento para frequentar cursos de pós graduação, atualização e especialização profissional conforme dispõe o Estatuto dos Servidores Municipais;

III - Dispor no ambiente de trabalho de instalação adequadas e material técnico pedagógico, suficiente e adequados, para que exerça com eficiência suas funções;

IV - Ter assegurada a igualdade de tratamento no plano administrativo e técnico pedagógico, independentemente do seu vínculo funcional;

V - Participar do processo de planejamento, execução e avaliação das atividades;
VI - Ter liberdade de expressão, manifestação e organização em todos os níveis, especialmente na unidade escolar e sua organização sindical sem prejuízo das atividades escolares;

VII - Reunir-se na unidade escolar, para tratar de assuntos de interesse de categoria e da educação em geral, sem prejuízo das atividades escolares;

VIII - Ter assegurado o direito de afastamento para participar de atividades relacionadas docentes ou técnico pedagógica (treinamento, congressos, seminários, cursos, atividades sindicais e outros eventos) referentes a educação segundo critérios definidos em regulamento específico de sem prejuízo de vencimento e demais vantagens desde que devidamente autorizado, e critérios definidos aos docentes em geral;

IX - Ter assegurado o direito de afastamento para participar da Diretoria Executiva do Sindicato dos Servidores Municipais sem prejuízo dos seus vencimentos e vantagens;

X - Ter acesso ao acervo de dados referentes a sua pessoa na escola ou Secretaria.

Art. 47 - Ao professor afastado de regência de classe por doença impeditiva ao exercício da função comprovado por junta médica do executivo, são assegurados os direitos, benefícios e vantagens à data do acometimento, independentemente de sua condição de estágio probatório.

Parágrafo Único - Superado o motivo que o afastou da regência de classe, o professor reverterá ao exercício da mesma;

SEÇÃO II - DA APOSENTADORIA

Art. 48 - Os integrantes do magistério, terão direito a aposentadoria, em conformidade ao que dispuser a Constituição Federal e suas alterações.

Art. 49 - Os professores serão aposentados com proventos integrais a contar:

I - 25 e 30 anos de efetivo exercício respectivamente do sexos feminino e masculino;

II - Invalidez por acidente de trabalho, moléstia profissional ou doença grave incurável especificada em Lei ou reconhecida e identificada pela CID (Código Internacional de Doenças).
Parágrafo único - Este artigo não se aplica aos membros do magistério, desviados de suas atividades conforme Art. 7º. deste ou desempenhando atividades administrativas.

SEÇÃO III - FÉRIAS

Art. 50 - Aos docentes em exercício de regência de classe nas unidades escolares, serão assegurados 45 dias de férias anuais, distribuídos em dois períodos de recesso conforme calendário escolar do município, fazendo jus os demais integrantes do magistério a 30 dias ininterruptos e licença prêmio na forma prevista no Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 51 - Excetuam-se deste período os dias em que se fizerem necessários para planejamento, seminário, treinamento, reciclagem ou cursos.

SEÇÃO IV - DAS TRANSFERÊNCIAS

Art. 52 - Entende-se por transferência, a remoção do servidor, de uma para outra unidade escolar.

Parágrafo único - A substituição que não tenha caráter permanente será tida como transitória e não deve ultrapassar ao período de tempo que determinou esta situação.

Art. 53 - A transferência poderá ser feita por solicitação do interessado ou excepcionalmente a critério da Secretaria Municipal de Educação quando do fechamento de escolas e ou redução de turmas, visando sempre os interesses do ensino.

Art. 54 - As transferências serão requeridas pelos interessados, preferencialmente, durante o recesso escolar, obedecendo-se o atendimento pela ordem de requerimento formal e critérios abaixo.

Art. 55 - A transferência do professor a pedido far-se-á segundo critérios abaixo:

I - Ser mais antigo no exercício do Magistério;

II - Ser mais antigo na escola / creche e etc.

III - Ter residência mais próxima da unidade escolar solicitada;

IV - Ser o mais idoso.

Av. Guaraarapes, 2114 - Centro - Petrolina - PE
Fone: (081) 862-2001 - Fax: (081) 861-0590
Internet: http://www.pmpetrolina.pe.gov.br
Art. 56 - As transferências a critério da Secretaria Municipal de Educação só poderão ser feitas se não houver carga horária disponível na unidade de ensino segundo critérios abaixo ou em comum acordo com o professor.

I - Menor tempo no exercício do magistério municipal;

II - Menor tempo na unidade escolar, creche e etc.;

III - Menor idade

SEÇÃO V - DO ACÚMULO DE CARGOS

Art. 57 - Aos professores é lícito acumular cargos públicos na seguinte conformidade:

I - 02 (dois) cargos de professor;

II - 01 (um) cargo de professor e outro técnico científico.

SEÇÃO VI - DOS DEVERES

Art. 58 - Além dos deveres previstos em outras normas estatutárias vigentes para os demais servidores municipais constituem deveres de todos os docentes:

I - Conhecer a respeito das leis que os regem e regem a educação;

II - Preservar os princípios, os ideais e fins da educação através de seu desempenho profissional;

III - Empenhar-se no desenvolvimento do aluno, acompanhado gradativamente o progresso científico educacional;

IV - Participar de atividades educacionais que lhe forem atribuídas por força das suas funções dentro do seu horário de trabalho.

V - Comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade executando suas tarefas com eficácia, zelo e prestígio;

VI - Manter o espírito de cooperação e solidariedade com a equipe escolar e comunidade.
VII - Promover o desenvolvimento de senso crítico e da consciência política do educando, bem como, prepará-lo para o exercício consciente da cidadania e para o trabalho;

VIII - Respeitar o aluno, como sujeito do processo educativo;

IX - Comunicar a autoridade imediata as irregularidades de que tiver conhecimento na sua área de atuação, ou às autoridades superiores no caso de omissão por parte da primeira;

X - Assegurar a efetivação dos direitos da criança e do adolescente nos termos do Estatuto da criança e do Adolescente, comunicando a autoridade competente os casos que têm conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus tratos.

Art. 59 - Constituem faltas graves além de outras, previstas nas normas estatutárias vigentes para os demais servidores municipais:

I - Impedir o aluno de participar das atividades escolares, em razão de carência material;

II - Discriminar o aluno com preconceito de qualquer espécie.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 60 - Os integrantes do magistério estão sujeitos pela ordem às penalidades previstas, não podendo ser cumulativas as penalidades previstas:

I - No Estatuto dos Servidores Municipais;

II - Nesta Lei;

III - No Regimento Escolar da Secretaria Municipal de Educação;

Art. 61 - Os cargos do magistério serão providos de acordo com o número de vagas criadas por Lei municipal e com as necessidades da rede de ensino.

Art. 62 - As funções gratificadas de Especialista em Educação, Diretor, Vice Diretor e Secretário de Escola, serão providos conforme enquadramento da escola em Padrões I, II ou III, nos termos dos Arts. 8º e 9º.

Art. 63 - Os vencimentos, componentes da remuneração dos docentes obedecerão ao disposto nas tabelas de vencimentos anexas.
Art. 64 - Por ocasião da aposentadoria, se o professor não tiver alcançado o último nível da classe a que pertence seu cargo, por força do exercício de cargos comissionados do município na área de educação, esta se fará com base último nível.

Art. 65 - Entende-se pôr aperfeiçoamento profissional a melhoria de qualificação do docente através de cursos regulares, dentro da respectiva área de formação.

Art. 66 - Os cargos de docência, vagos bem como os que forem criados por lei, serão providos, em caráter efetivo, por docentes que preencham os requisitos da respectiva descrição de cargo e nos termos desta Lei.

Art. 67 - A aplicação desta lei subdivide-se em 03 etapas abaixo descritas, quando será examinada a situação particular de cada professor, afim de serem respeitados os direitos adquiridos e efetivadas as etapas:

1ª Etapa: Implantação da primeira tabela (tabela-1) nos termos do anexo desta lei em julho do corrente ano;

2ª Etapa: Implantação do novo enquadramento por progressões horizontal e vertical, e os benefícios previstos nos artigos 21, 22, 23 e o Parágrafo 5º do artigo 45 desta Lei, no mês de Fevereiro do ano de 2001;

3ª Etapa: Implantação da tabela II nos termos do anexo desta lei, no mês de Maio de 2001 e sucessivamente pela variação de aumento volume de recursos destinados à educação.

Art. 68 - Será formada e nomeada uma comissão paritária no prazo de 30 dias após sanção desta Lei, com 03 representantes do Poder Executivo e 03 do Sindicato dos Servidores Municipais de Petrolina, para avaliação, análise enquadramento e fechamento de implantação das etapas que trata o caput deste artigo.

Do Executivo Municipal

01 - Representante da Secretaria de Administração e ou finanças;

02 - Representante da Secretaria da Educação

Dos Servidores Municipal

01 - Representante da Diretoria Executiva do Sindemp;

02 - Representante dos Professores (escolhidos por estes em processo eletivo)

Av. Guararapes, 2114 - Centro - Petrolina - PE
Fone: (081) 862-2001 - Fax: (081) 861-0590
Internet: http://www.pmpetrolina.pe.gov.br
Art. 69 - As disposições e normas desta lei, aplicam-se, aos membros do magistério municipal.

Art. 70 - As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão por conta dos recursos do FUNDEF (Fundo de Desenvolvimento e Valorização do Magistério) e das verbas e recursos destinadas à Educação no Orçamento Municipal.

Art. 71 - O dia 15 de Outubro será dedicado ao professor sendo considerado feriado para aqueles que exercem os cargos e funções que compõem a carreira do magistério público municipal.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES TRÂNSITÓRIAS

Art. 72 - Os casos específicos ou omissos nesta lei, serão regulamentados pelo Poder Executivo, no prazo de 90 dias, contados à data da sua sanção.

Art. 73 - Os professores aposentados, terão direito ao enquadramento de acordo com a titulação que possuía à época da aposentadoria, revistas no mesmo período dos ativos.

Art. 74 - Esta Lei entra em vigor na data da sua sanção, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº. 647/96.

Gabinete do Prefeito, 06 de julho de 2000.

Guilherme Coelho
Prefeito
<table>
<thead>
<tr>
<th>Classes / Níveis</th>
<th>1</th>
<th>2</th>
<th>3</th>
<th>4</th>
<th>5</th>
<th>6</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>PR</td>
<td>164, 17</td>
<td>166, 51</td>
<td>168, 87</td>
<td>171, 27</td>
<td>173, 70</td>
<td>176, 17</td>
</tr>
<tr>
<td>PM</td>
<td>178, 67</td>
<td>181, 20</td>
<td>183, 78</td>
<td>186, 39</td>
<td>189, 03</td>
<td>191, 72</td>
</tr>
<tr>
<td>PL</td>
<td>194, 44</td>
<td>197, 20</td>
<td>200, 00</td>
<td>202, 80</td>
<td>205, 64</td>
<td>208, 52</td>
</tr>
<tr>
<td>PGE</td>
<td>211, 83</td>
<td>214, 40</td>
<td>217, 40</td>
<td>220, 44</td>
<td>223, 53</td>
<td>226, 66</td>
</tr>
<tr>
<td>PGM</td>
<td>229, 83</td>
<td>233, 05</td>
<td>236, 31</td>
<td>239, 62</td>
<td>242, 97</td>
<td>246, 38</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Av. Guararapes, 2114 - Centro - Petrolina - PE
Fone: (081) 862-2001 - Fax: (081) 861-0590
Internet: http://www.pmpetrolina.pe.gov.br
Tabela de Vencimentos base (100 horas aula)
1ª Etapa - Tabela I, Implantação Julho/2000

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classes / Níveis</th>
<th>1</th>
<th>2</th>
<th>3</th>
<th>4</th>
<th>5</th>
<th>6</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>PR</td>
<td>156, 95</td>
<td>159, 18</td>
<td>161, 44</td>
<td>163, 73</td>
<td>166, 06</td>
<td>168, 41</td>
</tr>
<tr>
<td>PM</td>
<td>170, 81</td>
<td>173, 23</td>
<td>175, 69</td>
<td>178, 19</td>
<td>180, 72</td>
<td>183, 28</td>
</tr>
<tr>
<td>PL</td>
<td>185, 88</td>
<td>188, 52</td>
<td>191, 20</td>
<td>193, 88</td>
<td>196, 59</td>
<td>199, 34</td>
</tr>
<tr>
<td>PGE</td>
<td>202, 13</td>
<td>204, 96</td>
<td>207, 83</td>
<td>210, 74</td>
<td>213, 69</td>
<td>216, 69</td>
</tr>
<tr>
<td>PGM</td>
<td>219, 72</td>
<td>222, 79</td>
<td>225, 91</td>
<td>229, 08</td>
<td>232, 28</td>
<td>235, 54</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Obs. Esta tabela expressa em reais, tem sua estrutura assentada com diferencial de 50% (cinquenta por cento), calculado entre o Nível 1 (um) da primeira Classe e o Nível 6 (seis) da última classe.